

Caracterização da agroindústria de produtos cárneos de base familiar no Rio Grande do Sul

Characterization of familiar agroindustry of meat products in Rio Grande do Sul

DOI:10.34117/bjdv7n5-674

Recebimento dos originais: 07/04/2021

Aceitação para publicação: 03/05/2021

Felipe Anicet Bitencourt

Zootecnista pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Pastoreio Servicos Agropecuarios LTDA
Endereço: rua Davi Canabarro 514, Dom Pedrito RS, Cep 96450-000
E-mail: felipe.anicet@gmail.com

Sarah Hanauer Lochmann

Engenheira Agrônoma pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Pastoreio Serviços Agropecuários LTDA.
Endereço: Rua Davi Canabarro, 514, Dom Pedrito/RS Cep. 96.450-000
E-mail: sarah.hl.agro@gmail.com

Rafaela de Castro Silveira

Graduanda em Zootecnia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Endereço: Av. Bento Gonçalves, 9090. Porto Alegre - RS CEP 91.540-000
E-mail: silveiraraafaelac@gmail.com

Verônica Schmidt

Doutora em Ciências Veterinárias pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Professora Titular dos cursos de Veterinária e Zootecnia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
Endereço: Av. Bento Gonçalves, 9090. Porto Alegre - RS CEP 91.540-000
E-mail: veronica.schmidt@ufrgs.br

RESUMO

A agroindústria familiar é uma alternativa de diversificação de renda e manutenção de jovens no campo através da agregação de valor da matéria-prima. Frequentemente seu surgimento está atrelado à necessidade de incremento de renda ou baixo desempenho das outras atividades agrícolas. Entretanto, há problemas latentes com as pequenas agroindústrias, tais como falta de economia de escala, disponibilidade de capital, matéria-prima e padronização dos produtos. Por outro lado, inúmeras são as oportunidades para este seguimento, com programas governamentais de crédito e apoio, serviços de extensão e possibilidade de produzir alimentos com valor agregado. Sendo assim, o objetivo deste estudo é caracterizar as agroindústrias familiares de produtos cárneos do Estado. Para tanto, se realizou pesquisa de caráter descritivo aplicando-se um questionário, na forma de entrevista, a quinze proprietários de agroindústrias familiares e participantes de uma feira agropecuária no Rio Grande do Sul. Para tanto, realizou-se um estudo descritivo através da entrevista com proprietários de 15

agroindústrias familiares. A despeito de limitações reportadas pelos entrevistados, as oportunidades para as agroindústrias familiares são viáveis à médio e longo prazo.

Palavras-chave: Agroindústria familiar, diversificação, sucessão familiar.

ABSTRACT

The small agroindustry is an alternative of income diversification and maintenance of young people in the countryside through the aggregation of raw material value. Often its appearance is linked to the need to increase income or underperform the other agricultural activities. However, there are latent problems with the small agro-industries, among them, it is possible to emphasize the absence of feasibility studies before the implantation, lack of economy of scale, capital availability, raw material and product standardization. On the other hand, there are countless opportunities for this follow-up, with government credit and support programs, extension services, and the possibility of producing value-added food. Therefore, the objective of this work was to characterize the family agro-industries of meat products of Rio Grande do Sul. For that, a descriptive research was conducted in the form of a questionnaire to fifteen owners of family agro-industries. The family agroindustry was demonstrated as a very strong reality in the rural environment. Despite the reported limitations, the opportunities for family agro-industries are many, and are feasible in the medium and long term.

Keywords: Family agroindustry, diversification e family sucession.

1 INTRODUÇÃO

A agroindústria familiar (AF) é uma alternativa de diversificação de renda e manutenção de jovens no campo através da agregação de valor da matéria-prima. Segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA (BRASIL, 2004), compreende-se como agroindustrialização o beneficiamento e a transformação dos produtos provenientes de explorações agrícolas e pecuárias, abrangendo desde processos simples, como secagem, classificação, limpeza e embalagem, até processos mais complexos que incluem caramelização e fermentação.

A AF inclui aquelas localizadas em propriedades de agricultores até as grandes indústrias localizadas no espaço rural ou urbano e que não possuem ligação com o meio rural exceto pelo processamento de matéria-prima produzida por agricultores (FERREIRA; ALVES, 2013).

Dados do IBGE (2006) estimavam que, apenas no Rio Grande do Sul, mais de 34 mil propriedades realizam o agroprocessamento e geram cerca de 150 mil reais de valor bruto. Sendo assim, a possibilidade de os agricultores familiares beneficiarem seus produtos e, inclusive, comercializarem direto com o consumidor final está cada vez mais atrativa e real. O MDA (BRASIL, 2004) aponta que a diferenciação dos produtos da

pequena agroindústria tem sido considerada como uma importante estratégia para a inserção e ampliação do espaço no mercado.

Apesar de conseguir gerar entorno de 12% de valor agregado em relação ao valor comercializado (WAQUIL et al., 2014), há problemas latentes com as pequenas agroindústrias. Dentre eles, pode-se destacar falta de matéria-prima e padronização dos produtos, bem como o desconhecimento tanto das legislações sanitárias, fiscais e tributárias e ausência de suporte dos órgãos competentes.

Entretanto, entre as potencialidades das agroindústrias encontra-se a capacidade de retenção do jovem no campo que, segundo o Ministério da Integração Nacional¹, em estudo das agroindústrias da região Sul do país, em 74% das agroindústrias familiares não ocorreu migração de nenhum membro da família para o meio urbano, além de 37% dos casos ocorrer retorno de alguns indivíduos ao meio rural. Contudo, a continuidade dos processos agroindústrias, através da sucessão familiar, têm sido amplamente discutido tendo em vista que, em alguns segmentos, tem sido verificado perda de mão de obra na produção e transformação de matérias-primas de origem animal. Este é o caso observado na cadeia produtiva do leite.

A sucessão familiar representa um dos momentos mais importantes para as empresas familiares, pois supõe a continuidade do negócio e essa tarefa representa uma das mais difíceis do mundo dos negócios. A sucessão trata da construção do processo de continuidade de uma atividade que sustenta a família e cria valor. Valor esse que deverá ser compartilhado com futuras gerações. Ou seja, diferentemente da herança, que representa uma mudança no perfil da atividade e a transferência de bens tangíveis, a sucessão assegura a perpetuação de um negócio, em princípio, que não tem fim. A pecuária leiteira é mais do que a soma dos ativos terra, equipamentos e animais. É o legado de uma arte de criar e produzir leite com elementos vivos como vegetação, animais e clima. Nomeadamente, numa sociedade de conhecimento e mercados cada vez mais sofisticados, o domínio de tecnologia e práticas de gestão passa a ter mais valor do que as estruturas físicas.

O processo sucessório em uma empresa familiar deve ser planejado levando em consideração as particularidades de cada grupo familiar e deve ser iniciado com a presença do fundador da empresa e com participação de todos os envolvidos, buscando

¹ Informação retirada de apresentação sobre o Selo Sabor Gaúcho da Secretaria de Desenvolvimento Rural, 2015. Disponível em: <http://www.sdr.rs.gov.br/upload/20121114121815apresentacao__daca.pdf> Acesso em: 12 de out. 2016

um clima de diálogo para tratar dos conflitos já existentes e dos que podem surgir, durante o processo (FERRARI, 2014).

Neste sentido, o objetivo do presente estudo é caracterizar as agroindústrias familiares de produtos cárneos - especialmente suínos - do Rio Grande do Sul, e discutir a sucessão familiar.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Como referencial teórico, abordam-se as teorias dos *stakeholder* e sucessão familiar. Apresenta-se, ainda, o Programa Estadual de Agricultura Familiar instituído no Rio Grande do Sul.

ANÁLISE DE *STAKEHOLDER*

Criada em 1963 pelo filósofo Robert Freeman, a Teoria dos *Stakeholders* rompe com noções clássicas da administração da época para trazer ideias tão inovadoras que ainda hoje são aproveitadas. Essa nova visão apontou a necessidade de incluir, também, todas as pessoas que interferem e são impactadas por uma companhia, inclusive as que não influenciam diretamente.

A teoria dos *stakeholders* possui origens na sociologia, comportamento organizacional e administração de conflitos, onde nos estudos empíricos predominam métodos qualitativos (BOAVENTURA et al., 2008).

Em sua revisão sobre a teoria, Azevedo (2010) afirma que os *stakeholder* são indivíduos ou organizações que afetam ou são afetados por objetivos ou problemas, criando possibilidades infinitas de atuação, podendo incorrer em algum risco (por ter investido em capital humano ou financeiro), eles precisam ser identificados e mapeados seus potenciais impactos nos objetivos do negócio.

De acordo com Sobral; Peci (2013), os *stakeholders* (ou grupos de interesse) são indivíduos ou grupos direta ou indiretamente afetados pela ação de uma organização e podem ser externos (fornecedores, competidores, consumidores, mídia, instituições financeiras, agências governamentais, entre outros) ou internos (empregados, acionistas e diretoria). Ou seja, os *stakeholders* são todos aqueles que influenciam de forma decisiva ou são influenciados ou importantes para o sucesso da organização.

Ainda segundo os autores, a análise dos *stakeholders* é uma técnica gerencial que busca identificar os principais atores de uma organização, sua importância e

potencial impacto nesta, de forma a prescrever uma maneira para gerenciar a relação com estes, seus interesses e como estes afetarão os riscos e as chances da organização.

SUCESSÃO FAMILIAR

A sucessão familiar é o processo de transferência de poder do administrador, que detém o controle da empresa, para a geração futura constituída pelos herdeiros. No meio rural, ela acontece quando o conhecimento e prática da agricultura familiar passam de uma geração para outra.

Planejar a sucessão com antecedência e discuti-la regularmente é um dos princípios essenciais para o sucesso da mesma. Muitos fatores têm sido apontados como cruciais para uma boa sucessão: a seleção e o treinamento do melhor candidato, o planejamento estratégico da sucessão, a experiência profissional prévia do sucessor na empresa, e fundamentalmente, o envolvimento do fundador no planejamento sucessório e seu papel de mentor (FERRARI, 2014).

Kruger et al (2018) realizaram entrevistas com 200 produtores e identificaram que 23% destes já passaram pelo processo de sucessão familiar. Os autores identificaram rendimento financeiro das atividades rurais, oportunidade de crescimento e de rentabilidade dos negócios, recursos oferecidos pelo governo para subsidiar investimentos como os principais fatores determinantes ao processo sucessório.

No que diz respeito à sucessão familiar e a permanência do jovem no campo, o Pronaf tem executado papel decisivo ao estimular, por meio dos investimentos, a atratividade do empreendimento familiar, viabilizando acesso às novas tecnologias, modernizando e, por conseguinte, viabilizando a propriedade (SCHWAB et al., 2019).

Kischener et al. (2021) identificaram que somente 52% dos filhos de produtores rurais no Sudoeste Paranaense manifestam vontade de ficar na propriedade familiar. Em 40% das famílias da comunidade existe a previsão de que algum dos membros da família possa vir a emigrar para alguma cidade, muito embora a maioria dos pais manifestaram o desejo de que os filhos permaneçam na propriedade.

A ascensão da mulher herdeira no processo de sucessão também tem aumentado na atualidade, dando novos desenvolvimentos administrativos às empresas. A profissionalização é um tema que vem sendo discutido nas universidades, há disciplinas específicas para sucessão familiar. Profissionalizar é assumir práticas administrativas modernas e menos personalizadas, ou seja, mudar o foco da empresa, as relações pessoais para o mercado (FERRARI, 2014).

Contudo, estudos realizados em Dom Pedrito/RS com pecuária familiar apontou para o desinteresse dos filhos em continuar investindo na propriedade, o que tende a ocasionar uma descontinuidade na sucessão da pecuária familiar do município, segundo Matte et al (2015). Para os autores, além da perda da reprodução social das famílias, também tende a ocorrer à perda de saberes locais de produção pecuária, bem como de um estilo de vida próprio deste tipo de produtores.

AGRICULTURA FAMILIAR

A agroindústria familiar (AF) é caracterizada como uma alternativa de diversificação de atividades aos produtores rurais. Frequentemente o surgimento está atrelado à necessidade de incremento de renda ou baixo desempenho das outras atividades agrícolas. Segundo Perondi (2007), a agroindustrialização é um contraponto ao avanço da implementação de um modelo modernizador para o campo, modelo baseado na produção das culturas consideradas *commodities*. Sendo assim, as agroindústrias são uma importante alternativa de diversificação da produção – o que se torna muito difícil nas monoculturas.

Entretanto, Buocher e Riveros (1995) apontam duas formas de surgimento das agroindústrias familiares sendo, basicamente:

- A agroindústria rural induzida: "que surgiu de esforços promocionais de organizações, tanto governamentais como não governamentais";
- A agroindústria rural tradicional: "que surgiu de maneira espontânea como uma forma mais de sobrevivência e acumulação das economias camponesas".

Em pesquisa sobre a origem histórica das agroindústrias familiares da região do Médio Alto Uruguai, Pelegrini e Gazola (2008) apontaram que 23,58% tiveram surgimento por motivos de incentivo institucionais (EMATER, SEBRAE, ONG's, etc.) e outros 9,43% por incentivo governamental (Programas de Apoio, Investimento a Fundo Perdido, etc.). Esses dados demonstram que a agroindústria rural induzida é, também, representativa e dependente de programas governamentais.

Em relação à definição, Prezotto (1997) considera a agroindústria familiar como unidade de pequeno porte, constituída pela mão de obra basicamente familiar para transformação e beneficiamento da matéria-prima produzida pela agricultura familiar. Com utilização de instalações e equipamentos adequados à quantidade de produtos.

A Agroindústria Familiar Rural é definida pela Federação dos Trabalhadores na

Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG/RS, 2007) como uma construção civil empregada para o beneficiamento/processamento de matérias-primas agropecuárias, em que o destino final da produção é a comercialização. A mão de obra deverá ser exclusivamente da família e sua localização ser, preferencialmente, no meio rural.

O conceito elaborado pelo IBGE (2006), a respeito da agroindústria, se refere às atividades de transformação e beneficiamento de produtos agropecuários de origem animal ou vegetal, que foram realizadas em instalações próprias, comunitárias ou de terceiros, a partir de matéria-prima produzida no próprio estabelecimento agropecuário ou adquirida de outros produtores, desde que a destinação final do produto tivesse sido dada pelo produtor. Sendo assim, esse conceito acrescenta mais uma variável ao descrito por Prezotto (1997), ao colocar a compra de matéria-prima de produtores terceiros como uma característica da AF.

A proporção de matéria-prima própria é um indicador conceitual importante uma vez que demonstra a característica da agroindústria, além da sua dependência produtiva à terceiros. Quando uma grande parte da matéria-prima é adquirida de fora do estabelecimento agroindustrial, o agricultor familiar está adentrando em uma lógica mercantil perigosa do ponto de vista da sua reprodução social, pois, segundo Ploeg (1990; 1992), a sua mercantilização neste quesito é crescente e a sua dependência social e econômica para com estes fornecedores também.

Outro aspecto que caracteriza a AF, segundo Mior (2007), é a localização no meio rural e o uso de tecnologias passadas de geração em geração. Esta atividade sempre esteve presente entre as famílias rurais, sendo parte de uma cultura que tem por objetivo a preservação e conservação dos alimentos, servindo para consumo interno ou ainda para a comercialização de seu excedente. Por isso, muitas agroindústrias possuem características informais e predominância de técnicas artesanais de produção.

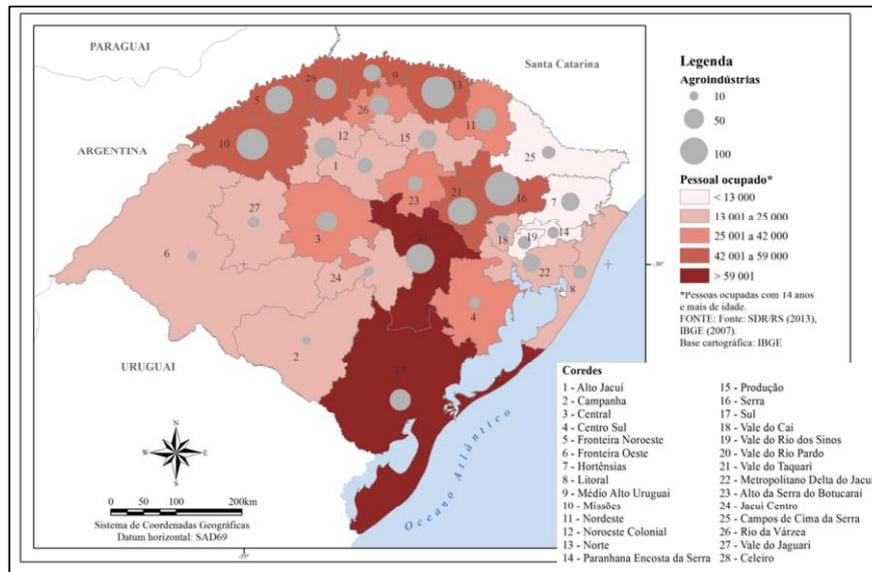
O surgimento de uma AF pode ser devido aos incentivos ou de maneira espontânea, porém em relação a região em que eles ocorrem, Schneider (2005) identifica a tendência para àquelas em que há alta predominância de agricultura familiar e onde os mercados de trabalho de atividades exclusivamente não-agrícolas apresentam atrofiamento ou quase inexistência.

No Rio Grande do Sul, o Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF), criado pelo Decreto Estadual nº 49.341 de 5 de julho 2012, oportuniza linhas de crédito aos agricultores familiares com juros mais baixos; amplia a participação dos agricultores familiares no PAA e no PNAE; oferece serviços de orientação para regularização

sanitária e ambiental com a disponibilização de perfis agroindustriais, layout de rótulos, entre outros; disponibiliza novos espaços de comercialização local e também apoia feiras de expressão regional, estadual e nacional; a organização dos agricultores familiares em estruturas associativas e cooperativas também é assistida (Rio Grande do Sul, 2013a).

Na Figura 1 são apresentadas as regiões no Rio Grande do Sul com maior ocorrência das agroindústrias, as quais são coincidentes com as regiões de predomínio de propriedades consideradas como agricultura familiar. A região Noroeste, assim como Vale do Rio Pardo e Sul são as que abrigam o maior número de agroindústrias e, também, de agricultores familiares, assim como identificado por Schneider (2005).

Figura 1 - Pessoal ocupado na agricultura familiar e distribuição das agroindústrias familiares do RS – 2013

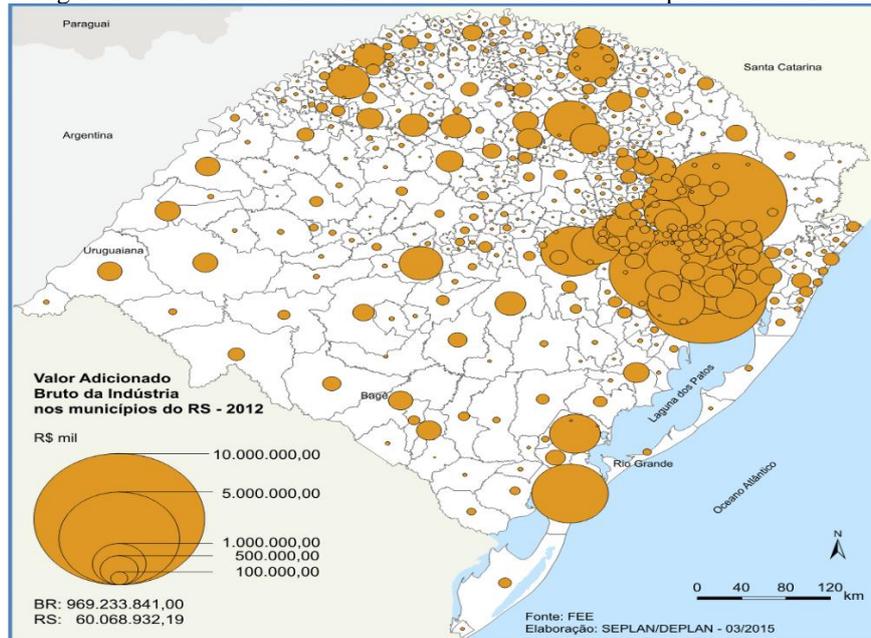


Fonte: Feix; Leusin Junior, 2019

Contudo, em 2015, o maior número de agroindústrias familiares cadastradas foram as regiões Serra (197), Norte (193), Missões (179) e Vale do Rio Pardo (179) (Rio Grande do Sul, 2020). Ao longo de 2020, foram realizados 224 cadastros de novas agroindústrias familiares, contabilizando um total de 3.688 agroindústrias participantes do Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF) (RIO GRANDE DO SUL, 2021).

Quando se avalia a questão das atividades não agrícolas (Figura 2), nota-se que essas regiões possuem um nível de industrialização relativamente alto comparado com outras do Estado, como a região da Campanha e Região Oeste, o que entraria em conflito com a afirmação de Schneider (2005).

Figura 2 - Valor Adicionado Bruto da Indústria nos municípios do RS - 2013



Fonte: Feix; Leusin Junior, 2019

A manutenção da família na área rural pode ser considerada um dos pontos mais importantes desse processo de agroindustrialização pois para tal, necessita uma quantidade maior de mão de obra qualificada, a qual os agricultores encontram em seus familiares. Ou seja, as AF's geram motivação para os jovens continuarem na propriedade, além de ser um meio dos agricultores e suas famílias permanecerem na zona rural mantendo todos os costumes e membros da família envolvidos no processo produtivo gerando renda, ocupação, dignidade e qualidade de vida (BONI, 2006).

Entretanto, há inúmeras variações entre as agroindústrias familiares. Isso se deve ao caráter abrangente que o conceito assume e aos diversos tipos de produtos produzidos. Mior (2007) avaliou, no Oeste Catarinense, agroindústrias do setor de laticínios, suínos e cana-de-açúcar e demonstrou a diferença evidente entre essas AF's em relação à origem de matéria-prima e insumos, nível de conversão à produção orgânica, *know how* e aspectos de qualidade associada.

É interessante analisar o conceito que essas diferentes agroindústrias familiares possuem em relação a sua especificidade. Segundo Williamson (1975), especificidade se refere ao elemento que não pode ser reutilizado ou realocado em outra afinidade sem que ocorram perdas de valor em sua nova modalidade de uso. Ou seja, ao se avaliar a especificidade dos produtos derivados da carne suína em relação a agroindústria convencional se nota a pequena a grande diversidade de produtos que podem ser gerados sem que ocorra perda de valor nesta nova modalidade.

As características e desafios apresentados demonstram o caráter dinâmico das agroindústrias que representam muito mais que um produto alimentar para o consumidor, mas carregam consigo, um significado de representação social, histórica e geográfica. Bourscheid et al. (2016) afirma que este é um dos motivos que tem levado parte dos consumidores a procurar esses alimentos, por ser mais sustentáveis e localizados.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Realizou-se uma pesquisa de caráter descritivo, aplicando-se um questionário na forma de entrevista, à quinze proprietários de agroindústrias familiares de produtos cárneos derivados da carne suína, durante uma feira agropecuária no Rio Grande do Sul, sendo que estes representam a totalidade de expositores deste tipo de produto na Feira.

Utilizou-se como instrumento para coleta de dados, um formulário semiestruturado, aplicado na forma de entrevista, com questões referentes às características da agroindústria -local de origem, origem da matéria-prima, produtos produzidos, mão de obra e sistema de inspeção dos produtos. O formulário é destinado à coleta de dados resultantes de interrogações e a entrevista é a conversa orientada para um objetivo definido. Em ambos, o preenchimento é feito pelo próprio investigador, por meio de interrogatório para recolher dados para a pesquisa (CERVO; BERVIAN, 1983).

Previamente à entrevista, os produtores receberam e assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido, referente à realização da entrevista e para a divulgação dos resultados. No termo constava as principais informações sobre o trabalho e era assinado antes das entrevistas começarem.

Por fim, os dados das entrevistas foram transcritos, sintetizados na forma de planilha e se realizou uma análise descritiva dos resultados.

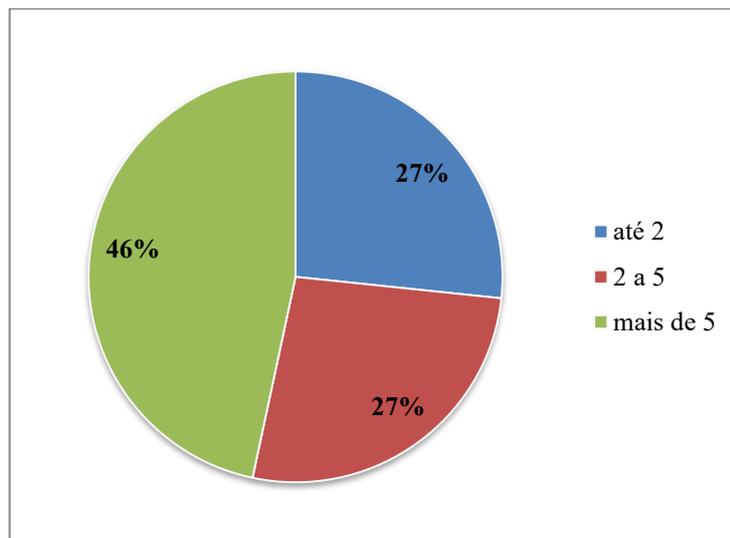
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Verificou-se que as agroindústrias têm origem, predominantemente, na região Central e Norte do Rio Grande do Sul e a hegemonia é a mesma para aquelas regiões onde o PIB é maior (FEIX; LEUSIN, 2015) e o número de agricultores familiares é alto. Entretanto, ao se comparar a distância ao grande centro populacional, observa-se que mais da metade dos entrevistados se encontram a um raio de 150 km da capital do Estado.

Essa característica pode ser decorrente do fato de a feira ocorrer na região metropolitana, porém, como comentado por muitos produtores, a localização e o acesso aos mercados de maior aquisição monetária é um dos pontos chave para o sucesso. Sendo assim, faz sentido que mais de 50% das AF situem-se nessas regiões. Além disso, verificou-se que não há representantes da região da Campanha, Fronteira Oeste o que, segundo Rio Grande do Sul (2013b), são as regiões de menor representatividade da agricultura familiar. Entretanto, a região Sul, que consta como uma das regiões com maior densidade de agricultores familiares (RIO GRANDE DE SUL, 2013) não possuía nenhum representante entre os 15 entrevistados.

Um aspecto importante para caracterização da agroindústria é o número de funcionários, ou seja, o quantitativo de mão de obra utilizada. Dentre as agroindústrias entrevistadas, a maior parte destas (46%) possui mais de 5 pessoas envolvidas (Figura 1), o que demonstra a elevada demanda de mão de obra do setor.

Figura 1 - Número de pessoas envolvidas nas atividades da Agroindústria Familiar de produtos cárneos no RS.

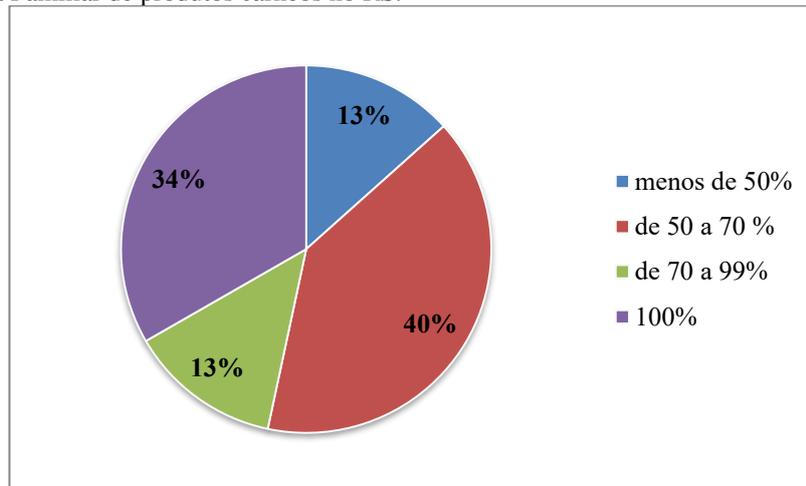


Fonte: Autores.

Entretanto, ao se analisar a proporção de mão de obra familiar, verificou-se que apenas 34% das agroindústrias entrevistadas utilizam 100% da mão de obra familiar em sua produção (Figura 2), indicando a necessidade de contratação de mão de obra externa para suprir suas demandas.

É surpreendente o fato de 13% das agroindústrias possuir menos de 50% de mão de obra familiar. Essa característica é explicada pelos entrevistados como decorrência da quantidade de trabalho pesado (como a desossa e o preparo prévio dos produtos), resultando em contratação de mão de obra ou de diaristas para ajudar nestas etapas.

Figura 2 - Proporção de mão de obra familiar em relação ao total de pessoas que trabalham na Agroindústria Familiar de produtos cárneos no RS.

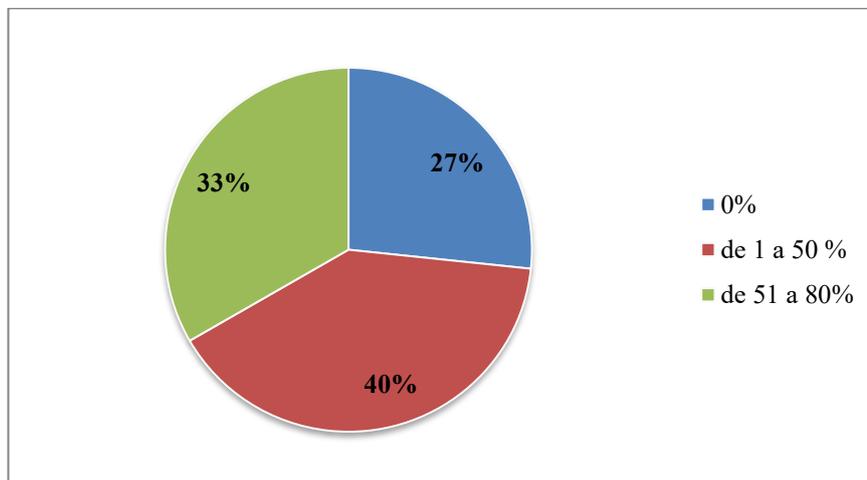


Fonte: Autores.

Quanto às agroindústrias que utilizam 100% da mão de obra familiar, estes alegam que não possuem volume suficiente de produção que justifique a contratação de funcionários, bem como os encargos sociais decorrentes são restritivos à contratação. Ao longo das entrevistas, foi possível perceber que ao expandir os mercados consumidores as agroindústrias necessitam contratar mão de obra externa para auxiliar no processo produtivo. Neste caso, os responsáveis pela família, normalmente a matriarca ou o patriarca, assumem papel gerencial. Desta forma, possuir mão de obra unicamente familiar pode se tornar um fator limitante ao crescimento produtivo.

Outra característica que define as AF é a porcentagem de matéria-prima própria utilizada na produção (Figura 3). A mercantilização neste quesito é crescente e a dependência social e econômica para com os fornecedores (PLOEG, 1990, 1992).

Figura 3 - Proporção de matéria-prima própria utilizada em agroindústrias familiares de produtos cárneos no RS.



Fonte: Autores.

O resultado apresentado mostra que realmente há uma evolução mercantil neste setor, uma vez que 27% das AF entrevistadas não utilizam matéria-prima própria. Ou seja, os agricultores abandonaram as atividades de criação se voltando, exclusivamente, para a produção dos produtos. Esse fator demonstra uma mudança no perfil desses produtores, que já possuem uma característica mais empresarial, com o agravante de ficarem reféns dos produtores de matéria-prima.

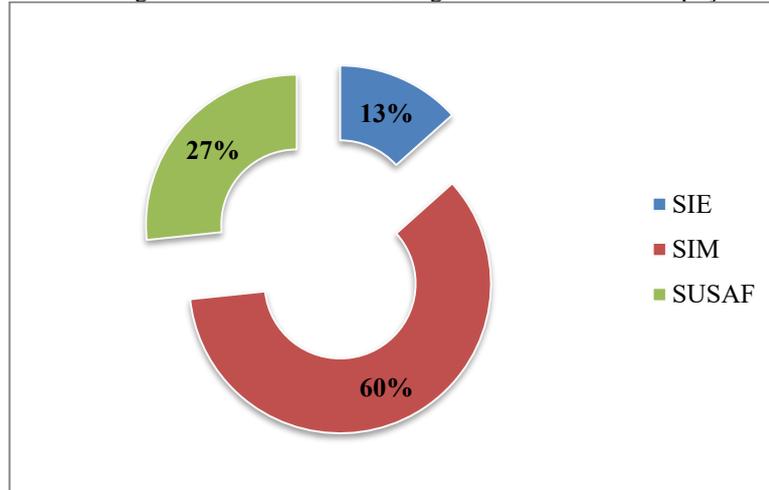
A explicação para esse fenômeno, segundo os produtores, é o excesso de trabalho acumulado ao cuidar da criação e da agroindústria concomitantemente. Via de regra, a tendência apresentada é a redução do rebanho ou a contratação de mão de obra externa.

Não houve produtores que tivessem toda produção oriunda de rebanho próprio. Contudo, dentre os entrevistados, um dos produtores possui projeto de construção de confinamento e abate na propriedade, o que viabilizaria o uso de 100% de matéria-prima própria.

Quando questionados sobre outras fontes de renda, 67% afirmaram que a agroindústria familiar é a única. Isso entra em conflito com todo conceito da agroindustrialização como forma de diversificação de capital. O que se nota, atualmente, é o abandono das outras atividades e a AF torna-se a principal, se não única, fonte de renda. Essa lógica é extremamente perigosa do ponto de vista do risco de atividade uma vez que, se ocorrer algum problema de produção ou comercialização, a família não possui refúgio de renda externa, o que pode comprometer a saúde financeira do negócio.

Questionou-se sobre o tipo de inspeção sanitária que a agroindústria possui, sendo que o sistema municipal (SIM) está presente na maioria das AF's (Figura 4). Nota-se que somados, as propriedades com Inspeção Estadual (SIE) e pelo Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF), chegam a 40% e todas, ao serem questionadas, afirmaram que após a conquista dos selos de inspeção sanitária as vendas e produção aumentaram, consideravelmente. O SUSAF, implantado em 2012, é o que permite a comercialização em todo o Estado, dos produtos de Origem animal produzidos por Agroindústrias familiares inspecionadas pelo Serviço de Inspeção Municipal, a partir da adesão do município a este Sistema.

Figura 4 – Percentual de Agroindústrias Familiares, segundo o Sistema de Inspeção Sanitária presente.



Fonte: Autores.

Invariavelmente, ao se questionar sobre a possibilidade daquelas AF's que constam com o SIM migrarem para o novo sistema do SUSAF, todas foram taxativas ao dizer que seria uma grande vantagem comercial. Muitas já estão em processo de adequação, entretanto, o principal empecilho para o sucesso é a alta carga burocrática e falta de vontade municipal em se adequar aos requisitos mínimos.

Há um caso de uma AF que está se transferindo de um município para outro por causa das dificuldades enfrentadas na adesão do SUSAF. Embora haja um forte interesse dos produtores por este sistema de inspeção sanitária, o SUSAF ainda não é uma realidade para todos devido à falta de ação municipal.

A agroindústria familiar, se demonstrou, ao longo do estudo, como uma realidade muito forte no ambiente rural e os entrevistados estão satisfeitos com os produtos produzidos. A sucessão familiar, neste contexto, chama a atenção uma vez que a maioria dos entrevistados tem planos de ampliação pois possuem a sucessão garantida.

Como apontam Diniz et al. (2013), em sua revisão sobre o tema, a sucessão familiar não é um problema exclusivo do meio rural e, muito menos, da atividade leiteira. O processo sucessório pode conduzir à fragmentação do patrimônio familiar e à inviabilidade da unidade de produção ou pode atuar no sentido de favorecer a integridade do patrimônio. Neste sentido, o processo sucessório da propriedade familiar é um aspecto fundamental para a continuação das atividades agropecuárias e do desenvolvimento rural. Entretanto, este processo é extremamente sensível às questões gerais que vem sendo observado na realidade brasileira, tais como o êxodo rural acentuado dos jovens, a redução da taxa de natalidade, o envelhecimento da população, associado ao processo de masculinização, a comunicação deficiente entre os envolvidos

e falta de planejamento constituem desafios ao processo sucessório. O entendimento de que a vida no campo é muito sofrida acentuou-se com a globalização e a falta de políticas públicas para o setor. Assim, os próprios pais concluem que o futuro bem-sucedido dos filhos está na cidade e não no meio rural. A continuidade na atividade agropecuária por parte do jovem pode ser entendida como uma escolha de estilo de vida. Este modo de enxergar a vida no espaço rural pode ser considerado idealizado ou romantizado, uma forma de ocultar diferentes carências inerentes à sua condição geográfica.

No caso do presente estudo – agroindústria de produtos cárneos há de considerar a menor carga de trabalho nas atividades de produção da matéria prima carne, quando comparada à produção de leite. Acredita-se que este seja um fator essencial à continuidade das agroindústrias deste setor, considerando a agregação de valor e a qualidade de vida dos produtores.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, D.B. Diálogos entre Stakeholders em Redes de Organizações de Agronegócios na Busca da Mitigação dos Efeitos da Mudança Climática: O Caso do Instituto do Agronegócio Responsável – ARES. Tese de Doutorado. 2010. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

BOAVENTURA, J.M.G.; CARDOSO, F.R.; SILVA, E.S.; SILVA, R.S.; DONAIRE, D. Teoria dos Stakeholders e Teoria da Firma: um Estudo sobre a Hierarquização das Funções-Objetivo em Empresas Brasileiras. In: ENCONTRO ANPAD, 32, Rio de Janeiro, 6 a 10 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/38/FIN-B1387.pdf>. Acesso em: 27 out. 2020.

BONI, V. Agroindústria familiares: uma perspectiva de gênero. In: 30º ENCONTRO DA ANPOCS, 30., 2006, Caxambú. Caxambu: [s.n], 2006. 1 CD-ROM.

BOURSCHEID, A. et al. As qualidades das agroindústrias rurais familiares gaúchas. In: VIII ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 8., 2016, Porto Alegre. 2016.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar 2003/2006: Sabor de Brasil. Documento Referencial, Brasília, 2004.

CERVO, A.L.; BERVIAN, P.A. **Metodologia Científica**. São Paulo: McGraw-Hill, 1983.

DINIZ, F.H.; et al. Sucessão na agricultura familiar: desafios e perspectivas para propriedades leiteiras. In: Congresso Internacional do Leite, 12, Rondônia, 2013. Conference paper. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/263535012_Sucessao_na_agricultura_familiar_-_desafios_e_perspectivas_para_propriedades_leiteiras>. Acesso em: set.2017

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2006**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em: 20 out. 2016.

FEIX, R.D.; LEUSIN JUNIOR, S. **Painel do agronegócio no Rio Grande do Sul — 2019**. Porto Alegre: FEE, 2016.

FERRARI, G.M.M. **Empresa familiar: O desafio da sucessão**. 32f. 2014. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) - Fundação Universidade Vida Cristã - FUNVIC, Pindamonhangaba.

FERREIRA, B.; ALVES, F. **O Perfil da Agroindústria Rural no Brasil Uma análise com base nos dados do Censo Agropecuário 2006**. Brasília: IPEA, 2013. 86p.

FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul/RS. Cartilha da Agroindústria Familiar Rural, FETAG, 2007. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/cartilha-agroindustria-familiar-rural.html>> Acesso em: 12 nov. 2016.

FLORIANI, O.O.; RODRIGUES, L.C. Sucessão empresarial: processo sucessório em empresas familiares. In: EGEPE, 1, Anais ... p.299-312, 2000. Disponível em: <<http://www.anegepe.org.br/edicoesanteriores/maringa/GPE2000-19.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

KISCHENER, M.A.; BATISTELA, E.M.; GRIGOLO, S.C.; BATISTEL, A.C.; A problemática da sucessão geracional na agricultura familiar do Sudoeste Paranaense. **Brazilian Journal of Development**, v.7, n.1, p.3490-3508, jan. 2021

KRUGER, S.D.; DA SILVA, M.A.L.; MORES, G.V.; PETRI, S.M. Fatores determinantes para a sucessão familiar em estabelecimentos rurais da região Oeste de Santa Catarina. **Extensão Rural**, v.25, n.4, p. 57-70, 2018.

MATTE, A.; SPANEVELLO, R.M.; ANDREATA, T. Perspectivas de sucessão em propriedades de pecuária familiar no município de Dom Pedrito – RS. **Holos**, v.1, p.144-159, 2015.

MIOR, L.C. Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial. In: Colóquio Internacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Florianópolis, 22 a 25 de agosto de 2007. Disponível no site http://www.cidts.ufsc.br/articles/Artrigo_Coloquio_%20-_Mior.pdf consultado em 30 out. 2016.

PELEGRINI, G; GAZOLLA, M. **A agroindústria familiar no Rio Grande do Sul: limites e potencialidades a sua reprodução social**. Frederico Westphalen, Ed. Da URI, 2008

PERONDI, M.A. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. 2007. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PLOEG, V.D.J.D. **Labor, Markets, and Agricultural Production**. Oxford: Westview Press, 1990.

PLOEG, V.D.J.D. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMAN, E.S. (Ed.) **Ecología, Campesinato y Historia**. España: La Piqueta, 1992.

PREZOTTO, L. L. A agroindustrialização de pequeno porte: higiene, qualidade e aspectos legais. Santa Catarina: Revista Agropecuária Catarinense, 1997.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo. **Programa Estadual de Agroindústria Familiar: Manual operativo**. Porto Alegre: SDR, 2013.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo. Relação de agroindústrias inclusas no Programa Estadual de Agroindústria Familiar até janeiro de 2015. Disponível em: <<http://www.sdr.rs.gov.br>>. Acesso em: 25 out. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Programa Estadual da Agricultura Familiar estimula produção das agroindústrias gaúchas. 2021. Disponível em: <<http://www.sdr.rs.gov.br>>. Acesso em: 11 mai. 2021.

SCHNEIDER, S. O papel da pluriatividade numa estratégia de desenvolvimento rural. In: Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, 2005. Textos para Discussão. Brasília/DF.

SCHWAB, P.I.; BARTH, E.; WINCK, C.A. Gestão e perpetuidade dos empreendimentos da agricultura familiar: um estudo no município de Pinhalzinho/SC/Brasil. Brazilian Journal of Development, v.5, n.6, p. 6976-6995, jun. 2019.

SOBRAL, F.; PECI, A. **Administração: teoria e prática no contexto brasileiro**. 2ed. São Paulo: Pearson, 2013.

WAQUIL, P.D.; GAZOLLA, M.; NIEDERLE, P.; BLUME, R.; BASTIAN, L.; SANTOS, F.; AMIN, M.C. O perfil da agroindústria rural no Brasil: uma análise com base nos dados do Censo Agropecuário 2006. In: SCHNEIDER, S.; FERREIRA, B.; ALVES, F. (Org.). **Aspectos Multidimensionais da Agricultura Brasileira: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006**. Cap.7. Brasília: IPEA, 2014. p.183-210. Disponível em: <http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_aspectos_multidimensionais.pdf>. Acesso em: 01 out. 2018.

WILLIAMSON, O. E. **Markets and hierarchies: analysis and antitrust implications**. New York: Free Press, 1975.